

PF prende três empresários em nova operação sobre 8/1

Alvos no DF são suspeitos de financiar acampamento em frente a QG do Exército

Mariana Holanda e Julia Chubb

BRASÍLIA. A Polícia Federal (PF) prendeu na manhã desta quinta-feira (29) três empresários na 2ª fase da Operação Lesa Pátria, que busca identificar pessoas que planejavam, financiaram e iniciaram os ataques de 8 de janeiro do ano passado às sedes dos três Poderes, em Brasília.

Dois presos ocorreram no Distrito Federal e uma, em São Paulo. Eles são suspeitos de financiar atos antidemocráticos em Brasília.

Na capital federal foram presos dois empresários: Adauto Lucio de Mesquita e Joveli Xavier de Mesquita.

A CPI do 8 de janeiro na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) reconheceu, no ano passado, o indiciamento da dupla por incitação ao crime e associação criminosa.

O relatório final do colegiado apontou evidências de que eles teriam financiado es-

trutura do acampamento em frente ao QG do Exército, apesar da negativa dos empresários em seus depoimentos.

No entanto, eles contaram com recursos em empresas do ramo atacadista. De acordo com a CPI, eles contribuíram para o financiamento de carro de som e tendas no local.

Em depoimento à época, Mesquita afirmou ter doado R\$ 12 mil para a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), então candidato à reeleição. Seu sócio, por sua vez, negou ter aportado qualquer recurso.

Os dois disseram que não fizeram doações para manter o acampamento em frente ao QG do Exército ou contratar tráfego aéreo, mas a quebra de sigilo de uma das empresas mostrou pagamento de representante do trio que foi contratado no QG.

Os dois também afirmaram que chegaram em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.

Isso também é sentimento do Adauto, do Joveli, que jamais quebrariam um copo público", disse Castro.

É importante que a gente separe o joio do trigo, quem realmente cometeu dano: que responda. Não é porque eventualmente esteve na manifestação, até então pacífica, que você tem que ser condenado por isso. Tem que individualizar as condutas", completou o defensor.

Ação mira suspeitos de tentar invadir sede da polícia

A PF deflagrou nesta quinta-feira (29) a operação Hero 2, que apura a tentativa de invasão contra o prédio da corporação em 12 de dezembro de 2022, dia da diplomação de Lula, além de dano e incêndio contra patrimônio público e privado.

A PF cumpriu quatro mandados de busca e apreensão em RO, SP e DF, autorizados pelo STF.

Os alvos são investigados por dano qualificado, incêndio majorado, associação criminosa, abolição violenta do Estado democrático de Direito e golpe de Estado. As perdas, somadas, chegaram a 34 anos de prisão.

Os empresários não prestaram depoimento porque a Polícia Federal tentou fazer a oitiva antes de o advogado chegar. Mas o defensor disse que já solicitou a Moraes e à polícia que fossem remaradas as oitivas, porque ambos querem prestar esclarecimentos.

O grupo atacadista ao qual os dois pertencem também afirmou, por meio de nota, ser contra o vandalismo e a intolerância política.

É o grupo, acredita que a democracia é feita com pensamentos diferentes, mas jamais com violência. A diretoria do grupo respeita as instituições brasileiras, a democracia e o Estado de Direito.

O terceiro preso nesta quinta-feira é Diogo Arthur Galvão, empresário dono de um comércio varejista de madeira e artefatos. Galvão foi detido em Presidente Epitácio, cidade do interior de São Paulo, por estar em posse irregular de munição.

De acordo com a Polícia Federal, ao total, foram cumpridos 34 mandados judiciais nesta fase da operação. Além das prisões preventivas, houve sete alvos para monitoramento eletrônico e 24 mandados de busca e apreensão. As determinações são todas do ministro Alexandre de Moraes.

Os mandados foram cumpridos nos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Tocantins, Paraná, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Espírito Santo, além do Distrito Federal.

A PF também afirmou que chegou em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.

Isso também é sentimento do Adauto, do Joveli, que jamais quebrariam um copo público", disse Castro.

É importante que a gente separe o joio do trigo, quem realmente cometeu dano: que responda. Não é porque eventualmente esteve na manifestação, até então pacífica, que você tem que ser condenado por isso. Tem que individualizar as condutas", completou o defensor.

Os dois também afirmaram que chegaram em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.

Isso também é sentimento do Adauto, do Joveli, que jamais quebrariam um copo público", disse Castro.

É importante que a gente separe o joio do trigo, quem realmente cometeu dano: que responda. Não é porque eventualmente esteve na manifestação, até então pacífica, que você tem que ser condenado por isso. Tem que individualizar as condutas", completou o defensor.

Os dois também afirmaram que chegaram em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.

Isso também é sentimento do Adauto, do Joveli, que jamais quebrariam um copo público", disse Castro.

É importante que a gente separe o joio do trigo, quem realmente cometeu dano: que responda. Não é porque eventualmente esteve na manifestação, até então pacífica, que você tem que ser condenado por isso. Tem que individualizar as condutas", completou o defensor.

Os dois também afirmaram que chegaram em 8 de janeiro na Esplanada dos Ministérios quando já havia ocorrido o invasão dos prédios públicos e

que não participaram da depredação.

O advogado de Mesquita e Andrade, Iure Castro, afirmou ter recebido com seriedade mas surpresa a decisão do ministro do STF Alexandre de Moraes e que seus clientes sempre tiveram postura colaborativa com as autoridades.

"Ninguém de boa fé que participou da manifestação subvertida quer que aquilo culmine no futuro com depredação deplorável", afirmou nos machucados a todo mundo que tem espírito público democrático.



Manifestantes invadem praça dos Três Poderes. Adauto Lucio de Mesquita, em depoimento a CPI do Joveli Andrade, no mesmo local; ambos foram presos ontem

Câmara aprova projeto que favorece réu em caso de empate

Victoria Azevedo

BRASÍLIA. O plenário da Câmara rejeitou emenda proposta pelo Senado e aprovou na noite de quarta-feira (28) um projeto que estabelece que todos os julgamentos de matéria penal no STF (Supremo Tribunal Federal) e STJ (Superior Tribunal de Justiça) que terminem em empate devem favorecer o réu.

Hoje, os tribunais superiores adotam esse entendimento apenas para a concessão de habeas corpus.

O texto foi aprovado pela Câmara em março do ano passado e sofreu modificações no Senado na semana passada, por isso teve que retornar à Casa. O texto original previa que o voto de desempate seria do presidente do grupo político, deputado Emar Nogueira (União Brasil-BA), rejeito as mudanças feitas pelos senadores.

No ano passado, ao ser aprovado na Câmara, o texto gerou críticas de parlamentares defensores da Operação Lava Jato. O texto seguiu para sanção presidencial.

denador da força tarefa da operação até 2020, chegou a afirmar que a medida favorecia bandidos e criminosos.

No Senado, o relator do texto, senador Weverton Rocha (PDT-MA), acatou uma emenda para evitar "empates artificiais" a favor do réu, beneficiando-o em habeas corpus em qualquer circunstância. Nos casos com recursos, no entanto, se buscava um quórum necessário para que não houvesse empates.

Por esse texto aprovado no Senado, a análise da ação seria adiada por até três meses até que o colegiado recusal, tribunal, câmara, turma ou seção existisse completo.

O texto também estabelecia que, havendo empate, o presidente do grupo político teria o voto de desempate.

Agora, a Câmara volta a ter a palavra e o projeto será beneficiado. O empate de qualquer natureza, mesmo se algum ministro falar ao julgamento, não será considerado para sanção presidencial.

Pacheco critica proposta de Lira para limitar a atuação da Polícia Federal no Congresso

Ana Pompeu

BRASÍLIA. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a proposta que proíbe operações de busca e apreensão no Congresso Nacional é "difícil de avançar" porque pode contrariar com o princípio de constitucionalidade. Ele diz ser contra a proposta do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

Lira articula projeto que limita a atuação da Polícia Federal dentro da Casa. O deputado pediu líderes partidários que consultem as respectivas bancadas sobre a viabilidade de matérias que tratam de operações de busca e apreensão de "respeito às prerrogativas parlamentares", numa reação a operações da Polícia Federal em gabinetes na Câmara.

Questionado sobre o tema ao final da sessão de quarta-feira (28), Pacheco afirmou que a intenção não é razoável.

"Não é razoável pensarmos a proibição de medidas cautelares contra qualquer tipo de segmento ou qualquer tipo de nível de autoridade pública", afirmou.

De acordo com o parlamentar, esse tipo de medida deve ter critério e equilíbrio, inclusive sobre a forma que ela pode ser executada num ambiente como o Parlamento e quem pode decidir sobre isso.

Mas, disse, investigadores têm o direito de coletar provas. "Busca e apreensão é um



Pacheco, presidente do Senado

instituto do processo penal que se aplica a todo cidadão brasileiro investigado por qualquer tipo de prática ilícita, independentemente da posição que ele ostenta", declarou.

Desde o fim do ano passado, há queixas entre parlamentares de que o STF (Supremo Tribunal Federal) estaria ultrapassando limites e desrespeitando a autonomia dos Poderes. As críticas aumentaram após operações

da PF mirarem nomes como os deputados Alexandre Ramagem (PL-RI) e Carlos Jorj (PL-RR), em janeiro.

Nova unidade do Descomplica SP é inaugurada na Lapa e reúne mais de 350 serviços

Agende a câmara de seu celular ou tablet e saiba mais

CIDADE DE SÃO PAULO

Estudo FOLHA